

**BRUNO PAIXÃO LEITE**

**COM ORGANIZAÇÃO E LUTA CONSTRUINDO A MARÉ**

**QUE QUEREMOS:**

**experiências de mobilização popular em Nova Holanda**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Política e Planejamento Urbano.

Orientadora: Profª Drª Soraya Silveira Simões

**Rio de Janeiro**

**2013**

## FICHA CATALOGRÀFICA

BRUNO PAIXÃO LEITE

**COM ORGANIZAÇÃO E LUTA CONSTRUINDO A MARÉ  
QUE QUEREMOS:**

**experiências de mobilização popular em Nova Holanda**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Política e Planejamento Urbano.

Aprovado em:

Banca Examinadora

---

Profº Drº Mauro Kleiman

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

---

Profª Drª Soraya Silveira Simões

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

**Dedico este trabalho a todos que sonham e lutam pela construção  
de uma vida melhor para os moradores da Maré.**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer as duas pessoas mais importantes pela minha existência. Eles me geraram, educaram, formaram dando o melhor deles para que eu e meus irmãos pudéssemos conquistar o que não foi possível a eles. Meu agradecimento aos meus pais, Olandina e José, embora não estejam mais presentes entre nós permaneceram sempre comigo.

Aos meus irmãos, Jaqueline e Hoton, por fazerem parte de minha.

Ao JOTA JOTA (J.J) um ser humano maravilhoso que faz muita falta a todos nós.

A Valdemir e Maria Alice, pela amizade e pelo carinho nos momentos fundamentais.

Aos colegas da turma do curso de especialização em Política e Planejamento Urbano de 2012, pelas ricas discussões ao longo das aulas.

Aos professores do curso de especialização e mestrado do IPPUR, pelo empenho em nossa formação.

A minha orientadora, professora Soraya Silveira Simões, por sua delicadeza e por acreditar em mim.

A todos, conhecidos, vizinhos, amigos, familiares, professores e alunos da Escola Municipal Montese e colegas do mestrado IPPUR 2013 pelo apoio recebido em virtude do acontecimento do último dia 2 de maio. Obrigado a todos. Meu agradecimento em especial, a Eliana Sousa Silva e ao Marcelo Freixo.

A minha querida, Chalène Dutorte, pelos momentos felizes e por ter iluminado a minha vida ao longo desses últimos 1350 dias, merci pour tout ma chérie!

## RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o de resgatar a mobilização popular desenvolvida pela Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda – AMANH, entre 1984 a 1993, e identificar uma mobilização atual, iniciada em fevereiro de 2010, denominada coletivo local “A Maré que Queremos”, com o intuito de observar a mobilização atual nesta localidade (a construção das agendas, a pauta dos problemas, a administração dos conflitos, os integrantes e seus interesses). Para tanto, utilizamos uma metodologia que consistiu no levantamento de dados de fontes diversas, documentos pessoais, jornais, fotografias, estudos realizados sobre Nova Holanda e ações/movimentos coletivos, visitas ao Museu da Maré, observação de campo e participação nas reuniões do coletivo “Maré que Queremos”. Este trabalho nos ensinou a importância das lutas coletivas e o papel, fundamental, da memória na formação da identidade. A partir da história de mobilização de Nova Holanda, percebemos o papel imprescindível da mesma para inserir o indivíduo no espaço e no tempo, e conseqüentemente nas ações e movimento coletivos. Por fim, identificamos inúmeras conquistas protagonizadas pelo movimento associativo ao longo dos anos 80 e na atualidade a presença de outros os protagonistas. Uma das diferenciações entre as ações entre a AMANH e o movimento coletivo em tela é que este último vem buscando empreender uma agenda comum para atuar no conjunto das 16 localidades da Maré, integrando as associações de moradores de cada localidade a partir de problemas comuns do bairro Maré.

**Palavras-Chave:** Favela, Nova Holanda, Maré, Associação de Moradores, Mobilização Popular, A Maré que Queremos.

## RESUMÉ

L'objectif de cette étude était tout d'abord de réactiver la mobilisation populaire développée par l'Association des résidents et amis de la Nova Holanda (AMANH) entre 1984 et 1993. Puis d'identifier la mobilisation actuelle, lancée en Février 2010, appelé collectif local "la Maré que nous voulons", dans le but d'en observer le fonctionnement (La construction d'un programme, l'établissement d'un ordre du jour, la gestion des conflits, les membres et leurs intérêts). A cet effet, nous avons utilisé une méthodologie consistant en une collecte données provenant de différentes sources : des documents personnels, des journaux, des photographies, des études réalisées sur la Nova Holanda, des actions / mouvements collectifs, des visites au Musée de la Maré, l'observation sur le terrain et la participation aux réunions du collectif « La Maré que nous voulons ». Ce travail nous a enseigné l'importance des luttes collectives et le rôle fondamental de la mémoire dans la formation de l'identité. A partir de l'histoire de la mobilisation de la Nova Holanda, nous avons pris conscience de son rôle essentiel pour insérer l'individu dans l'espace et le temps, et par conséquent dans les actions et mouvements collectifs. Enfin, nous avons identifié de nombreuses avancées menées par le mouvement associatif tout au long des années 80 et la présence d'autres protagonistes aujourd'hui. Une des principales différences entre les actions de AMANH et celles du mouvement collectif actuel, est que ce dernier cherche à entreprendre un programme commun pour agir dans l'ensemble des seize localités de la Maré, intégrant les associations de quartiers de chaque localité à partir des problèmes communs du quartier Maré.

**Mots-Clés:** Favela, Nova Holanda, Maré, Association des résidents, la mobilisation populaire, la Maré que nous voulons.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>A INSERÇÃO DE NOVA HOLANDA NA MARÉ E NA CIDADE.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>A origem de Nova Holanda.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>A origem de Nova Holanda.....</b>	<b>21</b>
<b>3.</b>	<b>CHAPA ROSA: LUTAS E CONQUISTAS.....</b>	<b>26</b>
<b>4.</b>	<b>A MARÉ QUE QUEREMOS.....</b>	<b>32</b>
<b>4.1</b>	<b>Conhecemos nossos direitos!.....</b>	<b>40</b>
<b>4.1.1</b>	<b>Campanha em Salsa e Merengue.....</b>	<b>47</b>
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>

# 1 INTRODUÇÃO

As favelas são estudadas há mais de um século. Embora haja um grande acúmulo a respeito deste tema, há ainda muito a se compreender sobre este espaço - marcado por sua ampla diversidade multidimensional - e as variadas práticas de seus habitantes.

Desde sua origem, as favelas experimentam mudanças, passando de barracos construídos com diferentes materiais como, madeira, zinco e outros, até as construções de alvenaria. Elas resistiram no espaço carioca mesmo submetidas a políticas públicas que objetivavam sua erradicação<sup>1</sup> e remoção. Todavia, também foram alvo de políticas de urbanização pontuais na década de 50<sup>2</sup> e estruturais, implementadas no Programa Favela Bairro, na década de 1990<sup>3</sup>.

Em que pese as variadas representações construídas a respeito destes espaços e seus residentes, ao longo de um pouco mais de 100 anos de existência, uma acepção negativa sobre o termo “favela” e, também, sobre os seus moradores - os “favelados” -, ainda permanece nas percepções, olhares, discursos e representações sociais. Essa concepção negativa a respeito destes espaços é facilmente observada em algumas políticas públicas<sup>4</sup>, em estudos<sup>5</sup>, definições/classificações<sup>6</sup>, que definem a favela a partir do que ela não tem e,

---

<sup>1</sup> O código de obras de 1937 foi o primeiro documento oficial que reconheceu a existência das favelas. Isto para, em seguida, determinar todo e qualquer tipo intervenção nos barracos já construídos e, nas vias existentes nas favelas. Ou seja, o código de obras inviabilizou oficialmente os investimentos e melhorias nas favelas da cidade.

<sup>2</sup> Nos 50, a Cruzada São Sebastião deu início a uma política que ficou conhecida como urbanização de favelas, embora tenha promovido a construção de conjuntos habitacionais em terrenos contíguos às favelas. (SIMÕES 2008 e 2010). Já no final dos anos 50, a Fundação Leão XIII contribuiu com melhoria de infraestrutura na favela Barreira do Vasco, o que lhe rendeu na época a acusação de estar “consolidando a favela”(Ver. SAGMACS 1960)

<sup>3</sup> Desenvolvido entre 1993 a 2007 nas gestões dos Prefeitos César Maia e Luiz Paulo Conde.

<sup>4</sup> SILVA (2012) aponta, por exemplo, as políticas de segurança pública.

<sup>5</sup> SILVA (2003) faz um balanço crítico da produção acadêmica que prioriza o estudo do fracasso e não do sucesso na trajetória escolar dos habitantes das favelas.

<sup>6</sup> A própria definição do IBGE de 1950, que define a favela como “aglomerado subnormal” sendo utilizada até hoje.

exclusivamente, de seus aspectos negativos. Além disso, essa visão também é muito difundida nos meios de comunicação.

Licia do Prado Valladares nos ensina que:

Se deixarmos de confundir os processos sociais observados na favela com os processos sociais causados pela favela, será possível compreender fenômenos que, apesar de se manifestarem de fato nas favelas, também se manifestam em outros lugares. Ou, melhor dizendo, na medida em que certos problemas deixassem de ser estudados exclusivamente na favela, eles assumiriam uma outra dimensão. Nossa proposta é que as favelas deixem de ser o campo sistematicamente utilizado para estudar as mais variadas questões ligadas à pobreza. Só assim deixaremos de confundir favela e pobreza (VALLADARES, 2005, p.163).

A consideração acima, remete a um questionamento trazido, em 2001, pelo antropólogo Mário Miranda<sup>7</sup>, quando este realizava sua pesquisa de campo na Maré. O pesquisador defendia a necessidade de se definir o que é cenário e o que é específico. Em outras palavras, o que é que acontece numa favela e, também, em outros lugares? E o que só acontece, exclusivamente, numa favela e não em outros lugares? Ambas as visões se fazem fundamentais para auxiliar na reflexão a respeito das representações sociais que se têm sobre o espaço em questão.

Muitas favelas foram destruídas, em seguida muitas outras surgiram e algumas foram removidas, e seus moradores deslocados para outras partes da cidade do Rio. Curiosamente constatamos o que poderíamos chamar de “favelização” das unidades habitacionais concebidas, planejadas e construídas pelo poder público. Sejam os Parques Proletários, os Centros de Habitação Provisória ou os Conjuntos Habitacionais, eles, com o tempo, adquiriram algumas vezes, até por seus próprios residentes e por habitantes de outros bairros da cidade, a conotação de “favela”. Esse estereótipo negativo persegue a população de baixa renda<sup>8</sup>; suas novas habitações estão impregnadas de tal estigma. Não faltam exemplos de espaços que foram destruídos, e sua população, alojada em conjuntos habitacionais, continuou caracterizada como “favelada”. Este termo é uma conhecida categoria de

---

<sup>7</sup> Presidente da Comissão de Direito à Educação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – RJ).

<sup>8</sup> O estigma que recai sobre a população de baixa renda não é exclusivo à situação brasileira. Wacquant (1993) analisa o estigma que recai sobre a população negra nos Guetos dos Estados Unidos e população de imigrantes nas Cités francesas. Pètonnet (2012).

acusação, usada quando se tem a intenção de apontar algum de tipo de comportamento inadequado. Diante disso, uma reflexão sugerida pela professora Soraya Silveira Simões faz-se pertinente: “O que é a favela, afinal? É o lugar ou são as pessoas?” Esta indagação aponta para o fato de que desconhecemos o elementar sobre este objeto e que não conhecemos exatamente o que é uma favela ou que pelo menos as noções existentes sobre elas são, no mínimo, insuficientes.

Quem escreve sobre a favela no Brasil? Não é difícil compreender que numa sociedade marcada pela extrema desigualdade social, o número de moradores de favelas que escrevam trabalhos acadêmicos sobre este tema seja pequeno. Todos sabemos que em nosso país, passados 513 anos de história, a educação ainda não foi encarada como uma prioridade, uma questão de Estado. Mesmo que reconheçamos os avanços no campo educacional com a quase universalização da educação básica, ainda temos muito a melhorar em relação à qualidade do ensino. No início do século XXI, apenas 2% dos brasileiros ingressavam no ensino superior e o acesso à pesquisa também era e permanece restrito às universidades. Não é difícil constatar que muitos mestres e doutores não passaram pela atividade de iniciação científica.

O questionamento dos dogmas, passagem obrigatória para uma verdadeira renovação dos trabalhos realizados [...] sobre as favelas possivelmente será influenciado pelo surgimento de um novo tipo de ator: aquele oriundo da favela com um diploma superior.” (VALLADARES 2005, p. 162).

Nos últimos anos, vem sendo ampliada a produção relacionada às favelas por seus moradores e ex-moradores. Contudo:

Ainda temos, porém, no mundo acadêmico do Rio de Janeiro – a afirmação é extensiva a todo o Brasil - uma presença insuficiente do olhar-autor, olhar-sujeito, de atores desses espaços sociais, sobre o seu mundo e sobre o conjunto de sua realidade social. (SILVA 2012, p. 36).

Acreditamos que se faça necessário construir novas percepções, olhares e representações sobre as favelas. Este trabalho visa colaborar com este objetivo, ainda que indiretamente. Consideramos uma conquista o acesso dos moradores de favelas à academia, pois assim suas produções poderão participar da disputa de sentidos e representações, a respeito não só das favelas, assim como também da

cidade e da sociedade em geral. Dessa maneira, torna-se possível a construção de novas representações sobre a favela a partir de outras referências socioculturais não hegemônicas: a dos próprios habitantes das favelas.

Não se trata de definir que olhar é o melhor. Do habitante ou o do não residente da favela. E muito menos assumir uma posição de que os únicos legítimos para abordar o tema sejam os moradores das favelas, uma vez que, entre estes, como já dissemos, há os que frequentam o campo acadêmico e partilham, portanto, o campo conceitual a partir do qual se estruturam e se elaboram parte dos discursos sobre as favelas. Não estamos, pois, colocando em concorrência o “discurso de autoridade” e a “autoridade do discurso”, mas considerando a pertinência da “[...] pluralidade de olhares sobre as vivências e práticas produzidas no mundo social, em todos os níveis [...]” (SILVA 2012, p.36).

Sou nascido e criado na Favela de Nova Holanda, na Maré. Nesta localidade, trabalhei durante 14 anos no comércio com a minha família, mas meu envolvimento com projetos coletivos e minha identificação com a Maré iniciou-se a partir da experiência do Curso Pré-Vestibular da Maré (CPV-MARÉ), em 2000. Em seguida, participei de alguns projetos nos quais refletíamos sobre as condições de vida da Maré. Entre eles, participei de um grupo de estudos formado por moradores universitários da Maré que posteriormente foi encampado pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) e passou a integrar o Núcleo de Estudos e Pesquisas do Observatório Social da Maré (NEPOS), do Observatório Social da Maré (OSM)<sup>9</sup>. Também participei do desenvolvimento de uma pesquisa que buscava compreender “o impacto da universidade na vida dos universitários da Maré”. Fora da Maré, atuei nos cursos Pré-vestibulares Comunitários do Caju<sup>10</sup> e São Marcelino Champagnat<sup>11</sup>, atendendo moradores dos Morros do Borel, Formiga e Casa Branca. Em ambos os projetos, fui professor de geografia e coordenador, e

---

<sup>9</sup> O CPV-MARÉ, NEPOS e OSM foram projetos desenvolvidos pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). O CEASM é uma organização não governamental (ONG) que foi criada em 1997 por moradores da Maré que cursaram nível superior e entre outras coisas se incomodavam com as representações sociais hegemônicas sobre as favelas.

<sup>10</sup> Projeto de Extensão da UFRJ no bairro Caju.

<sup>11</sup> Projeto desenvolvido em parceria entre a Paróquia Nossa Senhora da Conceição e o Colégio Marista São José no bairro Usina, região administrativa da Tijuca, zona norte da cidade do Rio.

no primeiro ainda exerci a função de supervisor de campo. Conciliei essas experiências com a graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Tais práticas ampliaram minha visão de mundo. Além de terem contribuído para a minha identificação com um universo de questões urbanas e sociais evocadas pela menção à “favela da Maré”<sup>12</sup>, aumentaram a minha sensibilidade com relação às desigualdades sociais. Desde então, passei a me orgulhar do lugar onde nasci e cresci - esse lugar, a Maré - já que ele colaborou para formar quem sou eu, hoje.

As experiências coletivas vivenciadas intensamente na Maré, Caju e Usina despertaram meu interesse em compreender esse complexo processo das mobilizações sociais. Frustrações, conflitos, disputas, solidariedade, cooperação, aprendizado, conquistas, processos vividos intensamente, trazem alegrias e dores que podem contribuir para motivar e/ou desmotivar as ações coletivas. O convívio em grupo, as ações coletivas, a vida em sociedade são sempre um desafio. Não temos dúvidas que nossa experiência de vida influenciou o interesse em buscar compreender melhor os processos de engajamento coletivo, das relações em grupo, em suma, das ações coletivas empreendidas a partir do que vai sendo definido, no decurso das práticas e experiências individuais e coletivas, um problema comum (DEWEY 1988).

Nossa intenção, neste trabalho, é apresentar duas experiências de mobilização popular em uma favela da cidade do Rio de Janeiro. Ambas ocorreram em uma localidade denominada Nova Holanda, que integra o bairro Maré. A experiência inaugural ocorreu entre a primeira metade dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX. Trata-se do efervescente movimento associativo conduzido pela Chapa Rosa<sup>13</sup> frente à Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda (AMANH). A segunda experiência a ser abordada intitula-se “A Maré que Queremos”, movimento coletivo local que integra as 16 associações de moradores do referido bairro, os quais se reúnem mensalmente para tratar de questões peculiares desde fevereiro de

---

<sup>12</sup>O lugar Maré com o qual me identifico por ter vivido boa parte da minha vida com a minha família, é também um lugar sobre o qual pesam inúmeras representações que não necessariamente correspondem à minha experiência nele.

<sup>13</sup> VER CARVALHO (2006)

2010. Investigar tais assuntos nos ajudará a compreender, em certa medida, a trajetória da luta popular em Nova Holanda.

A mobilização da AMANH iniciou-se nos idos do ano de 1984, momento em que, ao final da ditadura, pela primeira vez em sua história, os moradores de Nova Holanda, sob a direção da Chapa Rosa, conduzem de maneira autônoma a associação que, até ali, fora tutelada pela Fundação Leão XIII. Em 1993, a Chapa Rosa perdeu a eleição e, por conseguinte, se desfez. Se por um lado o movimento associativo entrou em declínio, por outro, novos atores entraram em cena no final da década de 1990. Trata-se das Organizações Não Governamentais (ONG), entre elas a Redes da Maré, cuja origem é proveniente de seu desmembramento de outra ONG do bairro, o CEASM. A Redes da Maré é a idealizadora do projeto “A Maré que Queremos”.

Nos anos 80, os grupos populares entenderam que a forma de luta que levaria à melhoria das condições de vida da população seria através da Associação de Moradores. Contudo, uma década depois, a estratégia mudou e passou-se a acreditar que o novo espaço de luta para transformar as condições de vida dos moradores seriam as ONGs.

Conforme já sinalizamos anteriormente, faremos, neste trabalho, um resgate da mobilização popular desenvolvida pela AMANH a partir de três dissertações sobre o associativismo em Nova Holanda nesse período, e, por fim, elaboraremos uma análise etnográfica das reuniões do coletivo local “A Maré que Queremos”, com o intuito de observar a mobilização atual nesta localidade (a construção das agendas, a pauta dos problemas, a administração dos conflitos, os integrantes e seus interesses). Para tanto, utilizamos uma metodologia que consistiu no levantamento de dados de fontes diversas, documentos pessoais, jornais, fotografias, estudos realizados sobre Nova Holanda e ações/movimentos coletivos, visitas ao Museu da Maré<sup>14</sup> e pesquisa de campo<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> O Museu da Maré situa-se na Baixa do Sapateiro, na Av. Guilherme Maxwell nº 26; é uma instituição, aliás, originada da ação coletiva dos moradores da Maré. Nessas visitas fui acompanhado de pesquisadores estrangeiros e brasileiros interessados também na mobilização popular em especial da Maré, Alain Bourdin, co-diretor do Instituto Francês de Urbanismo (IFU), Dominique Schoeni Haute École de Travail Social (HETS) Genève, Léo Dayan, Université de Paris I Panthéon Sorbonne, e pelos Antropólogos do LeMetro/UFRJ, Soraya Silveira Simões e Felipe Berocan Veiga.

## 2 A INSERÇÃO DE NOVA HOLANDA NA MARÉ E NA CIDADE

A idealização positiva do Rio de Janeiro como “cidade maravilhosa” oculta a intensa desigualdade sócio-espacial que marca a referida capital. Esse município possui quase 7 milhões<sup>16</sup> de habitantes distribuídos, em sua maior parte, nas zonas oeste e norte da cidade, áreas que apresentam um déficit tanto na oferta, quanto na qualidade dos serviços públicos municipais. Segundo o Programa das Nações Unidas – PNUD, o Rio de Janeiro apresentava em 2000 o Índice de Desenvolvimento Humano<sup>17</sup> Municipal (IDH-M) de 0,842, considerado um índice elevado. No entanto, o IDH da cidade não é o mesmo em todos os bairros. No mesmo período, o bairro Maré ocupava a 123ª posição do IDH por bairros na cidade, com o índice 0,722, segundo cálculos realizados pelo convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FPJ-MG em 2003.<sup>18</sup>

O território do bairro Maré<sup>19</sup> insere-se neste contexto de desigualdades sócio-espaciais, integrando a Área de Planejamento 3 (AP3) e formando sozinha a XXXª Região Administrativa (30ª R.A.).

---

<sup>15</sup> Participamos das reuniões do coletivo “Maré que Queremos”, nos dias 11/10/12 e 31/10/12. Nesses encontros estiveram presentes pessoas de diferentes instituições, tais como: Associações de Moradores, Poder Público municipal, Redes da Maré e outros. Estivemos presente no lançamento da Campanha “Somos da Maré e Temos Direitos”, esta ação tem como objetivo “esclarecer os moradores com agir em caso de abordagem policial na favela”. Participamos desta campanha em 06/11/2013 em Nova Holanda e no dia 24/11/2013 em Salsa e Merengue.

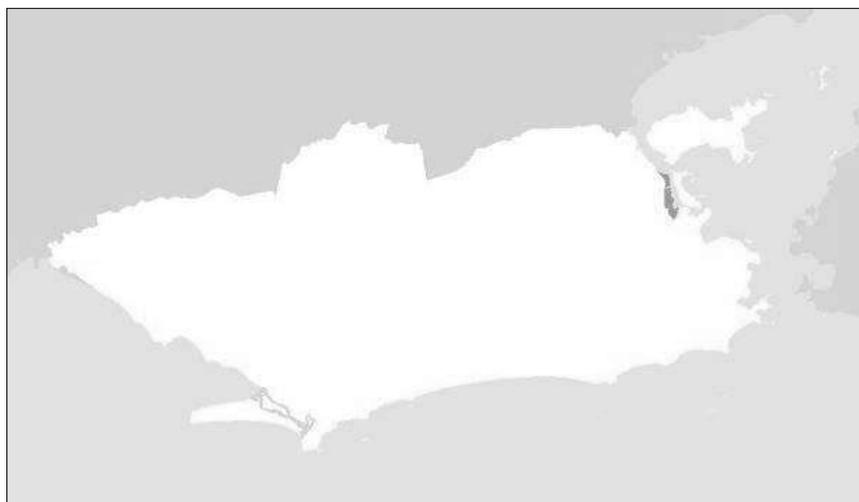
<sup>16</sup> Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2010 o Rio de Janeiro possuía 6.320.446 habitantes. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

<sup>17</sup> O IDH é um indicador composto pelas variáveis educação, renda e longevidade que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo for de 1 melhor será o índice de desenvolvimento humano.

<sup>18</sup> Fonte: [http://www7.rio.rj.gov.br/cgm/comunicacao/publicacoes/cadernos/edicoes/2005\\_06/anexos/1.pdf](http://www7.rio.rj.gov.br/cgm/comunicacao/publicacoes/cadernos/edicoes/2005_06/anexos/1.pdf)

<sup>19</sup> A Maré foi criada por decreto em 19/01/1994, pelo, então, prefeito César Maia. Ela é composta por 16 localidades: Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Salsa e Merengue, Vila do João e Conjunto Esperança.

### Imagem 1 – Localização da Maré na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br>

Estima-se<sup>20</sup> que, hoje, o bairro possua cerca de 140.000 habitantes distribuídos em 16 favelas. A ampla variedade de transformações pela qual passou este espaço geográfico é impressionante. Parafrasando, Lilian Fessler Vaz: “O chão que é dado, aqui teve que ser construído. Fazer a casa sem ter o chão é algo absolutamente incrível. O processo de ocupação da Maré tem um caráter heróico”<sup>21</sup>

Do seu território alagado com brejos e mangues, a área foi inicialmente povoada em sua única terra firme - o Morro do Timbau, seguida da ocupação das águas com as construções de madeira, as palafitas, no sopé do morro, - a Baixa do Sapateiro e também o Parque Maré. Por vezes, com a subida da maré, e dependendo da força desta, aquelas palafitas eram derrubadas. Parte significativa da região foi aterrada tanto pelo poder público quanto pelos moradores e as palafitas deixaram de existir na década de 80. O poder público foi o responsável pela implementação de metade das unidades habitacionais e pelo projeto de construção e urbanização de metade de seus ‘sub-bairros’, fazendo com que a região recebesse novos moradores removidos de outras partes da cidade.

---

<sup>20</sup> Em 2000, o bairro tinha 132.000 habitantes distribuídos em 40.000 domicílios, segundo dados do Censo Maré, realizado pelo CEASM. Em 2012, a Redes da Maré realizou um novo recenseamento do bairro, mas os dados ainda não foram divulgados.

<sup>21</sup> Apud SILVA 2006 em epígrafe.

Quem visita hoje a Maré, encontra um quadro de infraestrutura urbana bem melhor se comparado ao início da ocupação. A população da Maré, 140 000 habitantes, é superior a 80% dos municípios brasileiros<sup>22</sup>. Atualmente ela dispõe de equipamentos e serviços públicos variados, mas que ainda não são plenos em sua oferta e tampouco em qualidade. A Maré dispõe de serviços de distribuição de energia elétrica, água, coleta de esgoto (instalação incompleta), coleta de lixo, ruas asfaltadas, serviço de telefonia, creches, duas escolas de ensino médio (quantidade insuficiente), dezesseis escolas de ensino fundamental, sete postos de saúde, um centro de coleta da Companhia de Limpeza Urbana (COMLURB), um posto de atendimento da Companhia de Águas e Esgoto (CEDAE), um Centro Estadual de Defesa da Cidadania (CCDC), uma Lona Cultural, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e dois postos da Fundação Leão XIII e a Vila Olímpica da Maré, sem falar das organizações locais da sociedade civil (SILVA 2012).

A Maré está na Zona Norte, região também conhecida como Zona da Leopoldina, na cidade do Rio de Janeiro, situada junto à Baía de Guanabara e entre as principais vias de acesso da cidade: a Av. Brasil e a Linha Vermelha-que são paralelas à Maré- e a Linha Amarela- que corta o bairro. Observe sua localização nas imagens abaixo:

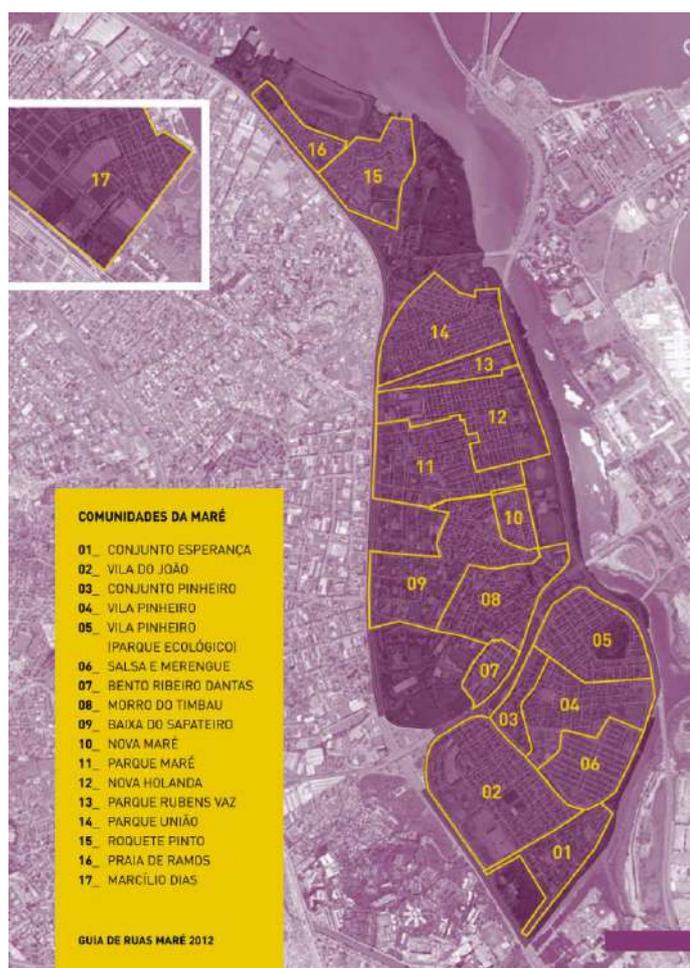
---

<sup>22</sup> Segundo o IBGE, 80% dos 5563 municípios do país têm 20.000 habitantes.



que deu origem à formação territorial do bairro. Ela está limitada pelas regiões Rubens Vaz, Parque Maré e de Nova Maré – observe abaixo no mapa 4. O espaço ocupado, hoje, por Nova Holanda foi aterrado pelo poder público para dar origem ao Centro de Habitação Provisória (CHP). O CHP foi uma política pública iniciada em 1961, com a construção de “unidades habitacionais” que não passavam de alojamentos de madeira, na gestão do então Governador Carlos Lacerda. De 1962, quando foi construído o CHP 3, até meados de 1970, milhares de famílias removidas das favelas situadas nas áreas nobres e centrais foram transferidas para Nova Holanda. Sua população foi composta por moradores da Favela da Praia do Pinto, Favela do Esqueleto, Favela Macedo Sobrinho, Morro do Querosene e Morro da Formiga. Todas essas favelas foram destruídas permanecendo, atualmente, apenas os morros.

**Imagem 4 - Localização de Nova Holanda no bairro Maré.**



Fonte: [www.redesdamare.org.br](http://www.redesdamare.org.br)

## 2.1 A origem de Nova Holanda.

Nova Holanda surgiu dois anos antes - praticamente às vésperas - da ditadura militar ser instituída em nosso país, em uma conjuntura marcada pelo autoritarismo, haja vista o expressivo processo de remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro, iniciado antes de tal regime. .

O CHP nº3 foi erguido sobre uma área plana aterrada pelo poder público, com planejamento de vias de acesso e arruamento. Havia dois tipos de construções de habitação, ambas de madeira: a unidade individual simples, um pavimento com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e quintal; e a unidade com dois pavimentos, o chamado duplex (também denominada “vagão”). O CHP deveria servir como uma etapa intermediária para a alocação da população em conjuntos habitacionais na periferia da cidade.

CHPs eram conjuntos de habitações precárias destinadas a abrigar, provisoriamente, famílias que os assistentes sociais chamavam de ‘sobra das remoções’ (SALIBY,1977, p.37), isto é, aquelas que não atingiam o nível de renda de um salário mínimo necessário para participar do programa de aquisição da casa própria. SALIBY (1977 apud OLIVEIRA, 1993, p.13).

**Imagem 5 – CHP Duplex 1967**



**Fonte: Museu da Maré**

Como a política de financiamento habitacional não atendia o perfil de renda da população, a maior parte dos moradores acabou não sendo levada para os conjuntos habitacionais e, dessa maneira, houve a permanência de uma grande parcela dessas pessoas no CHP de Nova Holanda. Verificamos, então, que o provisório se transformou em permanente e, por esta razão, é considerado por muitos moradores como “*uma favela criada pelo poder público*”; para outros, seguindo o mesmo sentido, a Nova Holanda “*não nasceu favela*” (OLIVEIRA 1993:12) e, ainda, numa concepção distinta, Nova Holanda é “*um espaço, histórico, geográfico e social, que está entre a favela e o conjunto habitacional*” (TRINDADE 2005:01).

Por não ter havido continuidade política do projeto, as casas provisórias de madeira tornaram-se definitivas e, rapidamente, deterioraram-se. O controle exercido pela Fundação Leão XIII impedia<sup>23</sup> a realização de benfeitorias por parte dos moradores acelerando o processo de degradação do espaço. A ineficiência da ação estatal na dotação de infraestruturas de habitabilidade (habitação, água, luz e esgoto) abriu espaço para a emergência de conflitos, culminando coma constituição da Associação de Moradores, na década de 1980.

### 2.1.1 Os desafios enfrentados

O primeiro problema, embora não saibamos se fora percebido pelos habitantes como um problema coletivo, foi anterior à chegada destes à Nova Holanda, e foi exatamente o que os levou a esse novo lugar: a remoção compulsória de suas moradias. O impacto do processo de remoção é doloroso para os moradores removidos. Veremos que, no caso de Nova Holanda, o medo da remoção foi um fantasma que perturbou os moradores durante muitos anos. A remoção é uma prática centenária do poder público, iniciada no princípio do século XX com a remoção dos Cortiços e, em seguida, das Favelas. Utilizada pela atual gestão do

---

<sup>23</sup> Isto talvez se devesse ao fato de ali ser considerado, então, um local de moradia provisória, pois, ao contrário do que aconteceu aqui, a Fundação Leão XIII ajudou a promover melhorias no arruamento e saneamento na favela Barreira do Vasco, em São Cristóvão, na mesma época. Cf. *Aspectos Humanos da Favela Carioca*.

prefeito da “cidade Olímpica”<sup>24</sup>, Eduardo Paes, esta se dá de modo diferenciado, pois não se trata, hoje, de uma política em que o governo se encarrega de remover e realojar os moradores, mas há o deslocamento forçado de muitas famílias devido às intervenções que vêm sendo feitas. Ainda que seja uma prática recorrente, consideramos pertinente indagar o seguinte: que motivos ou leis justificariam as remoções das populações de renda baixa? Existem notícias de, pelo menos, uma remoção compulsória da população de “alta renda” na cidade do Rio de Janeiro ou mesmo em algum outro lugar no Brasil, sob o argumento, por exemplo, de morarem em área de risco<sup>25</sup>? Por que ações que violam o direito à cidade – caracterizadas por atropelos, violência, dentre outras arbitrariedades que destroem os lares, as identidades, as histórias e os laços construídos com os lugares e entre as pessoas destes lugares – ainda permanecem sendo praticadas pelo Estado, exatamente por quem deveria garantir o bem-estar dos cidadãos?

Segundo a ex-presidente da Associação de Moradores de Nova Holanda, Eliana Sousa Silva, em discurso de posse da 2ª gestão da Chapa Rosa:

A Nova Holanda foi criada no Governo Carlos Lacerda, com a finalidade de ser um Centro de Habitação Provisória, no qual nós moradores, vindos de várias áreas da cidade, vivíamos sob a ameaça constante de remoção para outros pontos do interior do Rio de Janeiro. Contudo, a política habitacional do governo seguinte não deu continuidade às remoções, o que nos obrigou a tornar o provisório em permanente. Foi muito difícil lutar contra a ideia da remoção. O morador foi levado a acreditar que não podia ficar em Nova Holanda, que a qualquer momento teria de se mudar. Ao mesmo tempo, a população aumentava e a comunidade começava a perceber que o que era provisório passava a permanente, tornando as instalações dos esgotos e os precários serviços prestados à comunidade insuficientes em relação à necessidade (CARVALHO 2006, p.52).

---

<sup>24</sup> Atualmente, várias Favelas sofrem com as remoções por conta das obras da Copa do Mundo ou das Olimpíadas. Entre elas, as Favelas como Campinho, Madureira, Vila Recreio 2, Metrô Mangueira, Maracanã, Favela do Sambódromo, Barreira do Vasco, Favela da Providência, Pavão Pavãozinho, entre outras, que estão sendo removidas e seus moradores transferidos para áreas onde as obras de revitalização não chegam. A Vila Autódromo, que vem resistindo à remoção desde os Jogos Pan-americanos, em 2007, é também alvo do poder público para o processo de remoções.

<sup>25</sup> Nas chuvas de 2010, moradores de mansões na baía de Angra dos Reis foram soterrados pelo desabamento de terra.

Esse discurso da integrante da Chapa Rosa, proferido em 1987, é revelador dos desafios enfrentados pelos moradores. O fragmento acima leva-nos a intuir que a ameaça da remoção era constante entre os habitantes. Eles foram avisados que tinham sido transferidos para uma habitação provisória e que não permaneceriam ali. Não podemos sentir, mas imaginar que a condição de “removido” é muito desconfortável, bem como a certeza de ter de recomeçar a vida num lugar desconhecido, viver a partir da incerteza e não ter a previsão de para onde será levado, sem ter o direito de escolha, e viver sem poder sentir, com os próprios pés, a terra firme<sup>26</sup>.

Supomos que o drama e as sequelas da remoção, além de terem atingido individualmente os moradores, podem tê-los atingido, também, coletivamente, pois a certeza de que não iriam ficar talvez tivesse desmotivado as lutas coletivas que visassem à melhoria das condições do local. Talvez não fizesse sentido lutar por um lugar que as pessoas não ficariam e, portanto, não se tornaria deles, como se o CHP fosse, para alguns, “o não lugar”.

Essa instabilidade na permanência ou não na favela favorecia a não existência dentre aqueles moradores, de um sentimento de pertencimento àquele espaço, pois, no imaginário, a qualquer momento eles poderiam ser retirados dali. (CARVALHO 2006, p. 63)

Contudo, com a permanência da população, evidenciou-se uma grande ebulição de movimentos e mobilizações. Dessa forma, Nova Holanda tornou-se conhecida no cenário carioca pela vitalidade política ali existente. A Associação de Moradores de Nova Holanda tornou-se a 1ª Associação livre após a ditadura militar na cidade do Rio de Janeiro. Houve cobertura deste fato pelos principais meios de comunicações da época.

Tornar o provisório permanente, como disse Eliana Sousa em seu discurso, pode ser lido, a nosso ver, como enfrentar/resolver/solucionar a precariedade dos elementos de infraestrutura de água, esgoto, energia elétrica, desafios estes percebidos como coletivos pelos moradores. Essa precariedade deve-se a uma

---

<sup>26</sup> Sobre este aspecto ver, a segunda parte da tese, de Soraya Silveira Simões defendida em 2008: “Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro”.

política pública provisória problemática; por não prever a permanência da população e muito menos o seu incremento, a vulnerabilidade imposta por tal política foi agravada com o aumento da demanda proveniente do crescimento populacional. As imagens 6 e 7 abaixo evidenciam que, com apenas dois anos após a sua inauguração, em 1964, o CHP já sofria com os problemas de abastecimento e distribuição de água.

**Imagem 6 - Lata d'água na cabeça nos CHPs: unidades de 1 pavimento, 1964.**



**Fonte: Museu da Maré**

**Imagem 7 - Captação d'água no Rola-Rola**



**Fonte: Museu da Maré**

Podemos imaginar a angústia dos habitantes, obrigados a deixar suas moradias. É possível que tenha ocorrido um processo abrupto em que parte da identidade e memória dos moradores se destrói e, simultaneamente, reconstrói-se uma nova identidade no lugar de chegada. Dessa maneira, um morador que construiu sua trajetória e deu sentido à sua vida, por exemplo, no espaço da Favela da Praia do Pinto, torna-se ex-morador deste lugar, e deverá construir uma nova identidade, aos poucos, no novo e desconhecido lugar, neste caso, a Nova Holanda<sup>27</sup>.

Carvalho, analisando a contribuição de Halbwachs<sup>28</sup> a respeito da noção de memória, afirma que:

---

<sup>27</sup> SIMÕES, op. cit.

<sup>28</sup> Há uma importante reflexão a partir dos textos de Halbwachs em dois trabalhos de Marco Antonio da Silva Mello: “Lições da Rua” (1983) e o “Quando a rua vira casa” (1985).

Além dos acontecimentos, a memória também é formada por lugares, que são a extensão do acontecer solidário, entendendo-se por solidariedade a obrigação de se viver junto. O lugar é então o lócus do coletivo, do intersubjetivo. Por essa razão, a memória de um lugar é, portanto, uma memória coletiva e essencial na constituição da identidade desse lugar. (CARVALHO 2006, p.24).

Acreditamos que as noções de memória e identidade são valiosas para a compreensão do processo coletivo que levou à solução dos problemas enfrentados pelos moradores e que recursos foram utilizados para o enfrentamento dos conflitos.

### **3. CHAPA ROSA: LUTAS E CONQUISTAS**

É importante tratar aqui a origem da mobilização comunitária de Nova Holanda. O que pôde ter contribuído para a tomada de posição de seus atores ao longo das últimas décadas, para a grande ebulição de seus muitos movimentos e vitalidade política ali existente?

Alguns fatores foram decisivos para estimular a organização popular de Nova Holanda: as precárias condições de vida na década de 70, a política de coerção exercida pela Fundação Leão XIII e os conflitos internos causados pela forma através da qual as pessoas foram trazidas das muitas favelas que originaram Nova Holanda. Ausência de esgoto sanitário, água potável, escolas, postos de saúde, título de propriedade, indefinição sobre a permanência ou não em Nova Holanda foram questões que acompanharam o dia-a-dia da Favela. (SILVA 1995, p. 83)

Como dito anteriormente, o início da ocupação de Nova Holanda ocorreu em 1962 e a criação da Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda – AMANH deu-se em 1984. Durante este período de 22 anos, entre a ocupação e criação da Associação, num contexto nacional e local de forte repressão às diferentes formas de liberdades individuais e coletivas promovida pela ditadura militar, os moradores atuavam, mesmo nesta conjuntura desfavorável, desde o final dos anos 70. Nesta atuação, destacava-se a presença das mulheres, e para demonstrar esse fato, Eliana Sousa Silva dedica uma sessão de sua dissertação: *“NAS ‘DORES’ DOS MORADORES AS MULHERES PARTEJAM O MOVIMENTO”* (1995, p. 83-93).

A organização do movimento popular é fortemente marcada pela presença da mulher. As mulheres fizeram-se atuantes no primeiro grupo que buscava a melhoria da qualidade de vida na Favela – o Grupo de Mulheres -; na formação dos agentes de saúde, composto inicialmente apenas por mulheres; na criação da Associação de Moradores; no trabalho junto à Igreja. (SILVA 1995, p. 83).

A atuação das mulheres *“ganhou incentivo com o envolvimento de um grupo de médicos<sup>29</sup> sanitaristas, a partir de 1977, e, a partir de 1980, de uma equipe de educadores que dão maior consistência ao movimento”* (OLIVEIRA 1993:29). O trabalho dos médicos sanitaristas, do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde – CEBES, e dos professores colaborou para a formação de agentes comunitários que atuavam divulgando informações para conscientizar a população sobre a importância da melhoria das condições de vida em Nova Holanda.

A sistematização de questões acerca das condições de higiene e saúde da população e do aproveitamento escolar das crianças da comunidade, relacionadas à precariedade dos equipamentos e serviços urbanos de que dispunham, estimulou o processo de formação da consciência crítica daquela população. O grupo organizado de moradores inicia, então, um processo de luta por melhores condições de vida. Subsidiados por aqueles “agentes externos”, o movimento popular obtém informações que o torna mais eficiente nas suas reivindicações. (OLIVEIRA 1993, p. 30)

Há que se considerar, ainda, como saldo positivo da mobilização comunitária de Nova Holanda e, portanto, como conquistas, a própria formação e institucionalização dos grupos de lutas. Dentre eles, destacamos: a criação do Grupo de Mulheres, pioneiro de todo o processo de lutas; o Posto de Saúde Comunitária; a Chapa Rosa, que integrou algumas lideranças do Grupo das Mulheres; a criação da Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda – AMANH em 1984, em substituição à Comissão para Melhoramentos do Parque Nova Holanda, administrada pela Fundação Leão XIII. As três gestões, entre 1984 a 1993, da Chapa Rosa frente à Associação de Moradores, foram provenientes dessa mobilização inicial dos profissionais de saúde junto aos moradores de Nova

---

<sup>29</sup> Segundo, SILVA, os médicos sanitaristas criaram no final dos anos 70 o Posto de Saúde Comunitário. Realizavam um atendimento médico, conscientizando a população a respeito da Saúde.

Holanda. As ações desenvolvidas por esses grupos foram responsáveis por melhorias importantes para o conjunto dos habitantes.

A criação de uma Associação de Moradores que representasse os interesses dos moradores foi uma vitória. A vitória da Chapa Rosa nas eleições teve um significado muito forte e, ao mesmo tempo, representava a derrocada da Fundação Leão XIII, após 22 anos de tutela do cotidiano dos moradores na Favela de Nova Holanda, e também, segundo os vencedores, a derrota de um grupo aliado a relações políticas clientelistas que não representavam os interesses dos moradores.

Os integrantes da chapa vitoriosa reúnem-se para definir princípios básicos que deveriam nortear as ações dali por diante. [...] “A Associação de Moradores seria uma entidade política. Não caberia a execução direta de determinados projetos, mas o seu encaminhamento político para a conquista de tais projetos e a execução por determinadas pessoas da própria comunidade, afinadas com a proposta filosófica e metodológica definida pela Associação de Moradores. (SILVA 1995, p. 96).

Foram criadas a Creche Comunitária e a Escola Comunitária cujas funções seriam a de colaborar com a criação de uma proposta pedagógica alternativa para a educação e a de difundir a importância da participação comunitária. Criou-se uma Cooperativa Habitacional com o intuito de contribuir com a implementação de uma política habitacional de Nova Holanda. A Cooperativa Mista e de Consumo da Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda (COOPMANH) foi criada em 1988. Esta construiu, num primeiro projeto, 46 casas duplex e, no segundo projeto, 50 casas. Até 1993, *“vendeu aproximadamente 1000 milheiros de tijolos cerâmicos. Estes tijolos correspondem a 40 000 m<sup>2</sup> de parede”*. Fazendo um cálculo pela quantidade de tijolos utilizados em média na construção de uma casa, em quatro anos *“266 famílias foram beneficiadas pela Cooperativa; no entanto, o número total de famílias que retiraram material na COOPMANH foi de 620”*. (OLIVEIRA 1993, p. 81-82). A COOPMANH foi uma experiência exitosa e rica que pode nos ensinar muito a respeito do trabalho comunitário<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> A riqueza de detalhes das experiências da COOPAMANH é muito bem trabalho, por Isis Volpi de Oliveira, em sua dissertação de mestrado: “Quem Sabe Faz a Hora... A Gestão Popular na Produção da Habitação”.

### Imagem 8 - Reunião com Representantes de Rua



Fonte: Museu da Maré

Destaca-se na 1ª Gestão da AMANH, 1984 A 1987, a relação de proximidade da instituição com os seus representados e os espaços de participação da população. Eram comuns encontros e reuniões, grandes assembleias e os representantes de ruas. Estes tinham a função de ser um canal entre os moradores e a direção da Associação.

A questão das assembleias e da participação dos moradores, assim como as reuniões realizadas pelos representantes de rua e os cursos e seminários oferecidos pela AMANH são revelados na maioria das entrevistas como um importante espaço de diálogo entre a associação e os moradores. (CARVALHO 2006: 102).

A citação abaixo descreve um balanço das conquistas realizadas pela 1ª gestão da AMANH:

As bandeiras de lutas levantadas no período da campanha eleitoral e após a eleição foram, na sua maioria, concretizadas.

Na área da saúde, consegue-se da SMDS a construção de um Posto Odontológico, no barraco onde funcionava o 'postinho'.

Na área da educação obtém-se também da SMDS a construção e manutenção da creche escolha comunitária.

Junto à CEDAE, viabilizam-se obras de infra-estrutura básica, que foram além da canalização do esgoto sanitário e da água potável

conquistando também a pavimentação das ruas, a colocação de rede pluvial e um núcleo de manutenção dos equipamentos, após sua implantação.

Na COMLURB, consegue-se a coleta regular do lixo, que passa a ser feita 3 vezes por semana – porta-a-porta – através do microtrator.

Na TELERJ, a AMANH conquista um telefone comunitário e a instalação e diversos pontos de telefones públicos.

E ainda na LIGHT, regulariza-se a situação de cada residência com a colocação de novas redes em toda extensão de Nova Holanda. (SILVA 1995, p. 99).

A segunda gestão da Chapa Rosa ocorreu entre o período de 1987 a 1990. Essa gestão foi marcada pela continuação das lutas empreendidas na primeira gestão. Apresentou uma diretoria com menos dissidências, diferentemente da gestão anterior. Durante este pleito, a Associação dos Moradores tinha grande credibilidade junto aos órgãos públicos. A construção de um posto de saúde materno-infantil foi uma das conquistas, e a principal luta na segunda gestão foi a questão habitacional; para isso criou-se a comissão de habitação e, em seguida, a Cooperativa Mista e de Consumo dos Moradores de Nova Holanda (COOPMANH).

A Chapa Rosa venceu mais um pleito. Foi a terceira vitória consecutiva, desta vez sem concorrência, e dirigiu a AMANH entre 1990 a 1993. A diretoria da Associação de Moradores enfrentou dificuldades no desenvolvimento do trabalho comunitário. O trabalho foi organizado em comissões setoriais (saúde, educação, lazer, habitação), mas faltou integração entre as comissões. Havia uma demanda para a formação de novas lideranças que não teve encaminhamento. Houve um distanciamento entre a direção da AMANH e os moradores. No interior da direção havia uma divisão e muitos projetos anteriores foram desarticulados. Em relação às lutas, essa gestão aprofundou a melhoria habitacional.

Após três gestões consecutivas, entre 1984 até 1993, a Chapa Rosa perdeu a sua primeira eleição em quatro pleitos disputados. Com a perda da eleição, o grupo da Chapa Rosa chegou ao fim. Segundo CARVALHO (2006), algumas razões levaram à desarticulação dos membros da Chapa Rosa:

a) a partir da 3ª gestão, a associação deixou de representar os interesses dos moradores, o que levou a um esvaziamento da participação dos mesmos;

b) a relação estabelecida com o Estado, na figura da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) acirrou divergências no grupo e cooptou alguns de seus membros;

c) a suspeita de fraude e corrupção por parte da associação abalou a credibilidade da instituição.

As três gestões da Chapa Rosa colaboraram com uma expressiva urbanização de Nova Holanda. Os direitos sociais básicos reivindicados a partir da mobilização dos moradores, os quais pressionavam o Estado através de passeatas e atos públicos, foi uma marca do trabalho comunitário desta localidade. Ao mesmo tempo em que as conquistas atraíram novos militantes, também distanciaram aqueles adeptos de uma cultura política fisiológica/clientelista. O grupo hegemônico da Associação dos Moradores passa a ter como objetivo prioritário a conscientização sobre cidadania por parte dos moradores. Isso amplia a distância entre os moradores e a associação.

Vários militantes das instituições comunitárias assumem uma perspectiva moralista e principista estabelecendo uma subordinação das reivindicações materiais à consciência crítica. Quer dizer, não adiantaria, dentro desta lógica, priorizar as reivindicações materiais, enquanto os moradores não desenvolvessem a consciência sobre a importância de assumirem uma nova perspectiva política, uma nova consciência sobre o seu papel como “sujeito histórico”. Desconsidera-se a cultura política existente no conjunto da sociedade, a forte influência de valores, hegemônicos, que estimulam o individualismo, a competição e o pragmatismo. Além disto, confunde-se a legítima reivindicação de melhorias materiais por parte dos moradores com juízos de valor sobre sua falta de participação política e social. Gera-se um caldo de cultura que leva a uma postura preconceituosa e intolerante, provocando uma certa impotência em vários membros do movimento organizado. (SILVA, 1995, p.136).

Embora os moradores e os agentes da AMANH compartilhassem dos mesmos anseios por uma cidadania plena, suas intenções eram distintas. Os primeiros desejavam basicamente o atendimento de suas necessidades materiais e o bom funcionamento dos serviços públicos. Os últimos desejavam que os moradores desenvolvessem uma nova forma de relação com a localidade, com o Estado e com o conjunto da sociedade.

A dificuldade em manter os membros da AMANH mobilizados permanentemente levou à valorização da capacidade de trabalho, dedicação e

responsabilidade em detrimento de um tipo de comportamento coerente com os valores democráticos. Ganhou espaço um discurso centralizador, personalista e autoritário, que marcou a terceira gestão da AMANH. Esse projeto personalista, além de afastar os moradores, levou à partidarização da AMANH junto ao PDT e à desintegração da unidade do grupo.

Mesmo com o fim da Chapa Rosa e a mudança de gestão da Associação de Moradores, no final dos anos 90 surgiram novas mobilizações na Maré. A partir daí, a Associação deixa de ser uma referência para os moradores. Algumas instituições criadas na ocasião por moradores e ex-moradores da Maré passam, gradativamente, a ganhar visibilidade e tornam-se referência na Maré e na cidade do Rio de Janeiro. Entre elas, destacamos a fundação, em 1997, do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), a União Esportiva Vila Olímpica da Maré<sup>31</sup>(UEVOM), o Observatório de Favelas, o Museu da Maré, a Redes de desenvolvimento da Maré (REDES), entre outras instituições. Por fim, tanto Nova Holanda quanto o conjunto da Maré continua bastante mobilizado, ainda hoje.

#### 4. A MARÉ QUE QUEREMOS

Nesta seção, passaremos a descrever algumas informações colhidas até o presente momento<sup>32</sup> sobre o movimento coletivo “A Maré que Queremos”. Haverá, ainda, o relato das impressões obtidas na pesquisa de campo e as reflexões advindas dessa experiência e das leituras.

O coletivo **A Maré que Queremos** é uma iniciativa que vem reunindo mensalmente, desde fevereiro de 2010, o conjunto das Associações de Moradores da Maré. O intuito maior desse trabalho, proposto pela

---

<sup>31</sup> É uma instituição municipal, mas que foi criada a partir da expressiva mobilização da União das Associações de Moradores da Maré (UNIMAR).

<sup>32</sup> Entre as fontes, dispomos das coberturas realizadas pela imprensa local, jornal “Maré de Notícias”, as publicações do movimento disponibilizadas no site [www.redesdamare.org.br](http://www.redesdamare.org.br) e de nossa observação nas reuniões de 11/10/12 e 31/10/2012 e na campanha “Somos da Maré, Temos Direitos”, em 06/11/2013 em Nova Holanda e no dia 24/11/2013, no Salsa e Merengue, registradas em nosso diário de campo.

Organização Não-Governamental REDES da Maré<sup>33</sup>, é a construção de espaços de diálogos entre esses dirigentes de forma a se construir uma agenda integrada dirigida para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da Maré. A ideia-força orientadora desse trabalho foi a unificação de todas as Associações de Moradores locais em torno de necessidades e objetivos comuns, resgatando-se uma importante característica da Maré: o histórico de lutas conjuntas de seus moradores em torno de seus direitos... ([www.redesmare.org.br](http://www.redesmare.org.br)).

Esse movimento coletivo local já existe há três anos. Apesar de recente, o grupo agrega o acúmulo de experiências de vários líderes comunitários, e junta, também, alguns moradores, agentes públicos da saúde, educação, limpeza urbana, entre outros interessados. Em 19 de maio de 2012, o grupo conseguiu a presença do Prefeito Eduardo Paes e de mais três vereadores. O coletivo aproveitou a oportunidade da conversa direta com o Prefeito para apresentar diversas propostas nas áreas da educação, meio ambiente, serviços, saúde, esporte, lazer, transporte, arte e cultura.<sup>34</sup> Segundo o repórter do jornal Maré de Notícias, Hélio Euclides, “O prefeito elogiou a iniciativa e firmou compromisso de realizar reuniões periódicas com o fórum.” Nas palavras do Eduardo Paes: “Na próxima reunião eu vou ser o interlocutor. A proposta é fazer algumas rodadas com os secretários, para eles mapearem. Vamos trazer os representantes da educação, saúde e também a Comlurb. Esses encontros facilitam a minha vida.” (Maré de Notícias nº30 – junho/2012, p.7).

A nossa primeira observação, no dia 11/10/12, ocorreu no centro de Artes da Maré<sup>35</sup>. Havia a presença de poucos presidentes de Associações de Moradores,

---

<sup>33</sup> Redes de Desenvolvimento da Maré é uma instituição não governamental, que tem como missão estratégica promover a construção de uma rede de desenvolvimento sustentável no bairro por meio de projetos que articulem instâncias governamentais, empresas, organizações não governamentais, técnicos e pesquisadores de universidade, associações locais e moradores de modo geral, além de parlamentares que atuem em temas de interesse das localidades.

<sup>34</sup> Documento completo com as proposta em [www.redesdamare.org.br](http://www.redesdamare.org.br)

<sup>35</sup> O Centro de Artes da Maré, localiza-se na rua Bitencourt Sampaio em Nova Holanda, situando-se muito próximo da Av. Brasil. A escolha do local das reuniões é estratégico para facilitar a acessibilidade de todos: sejam os que não moram na Maré e por isso, não se sentem a vontade em ir a este espaço ou os que moram, mas consideram perigoso ir a outra localidade dominada por uma

entretanto, participaram do encontro 27 pessoas. A coordenadora da reunião informou que o atraso dos presidentes das associações nas reuniões era comum, mas naquele encontro o menor quantitativo de participantes foi justificado pela ocorrência simultânea de outra reunião em Bonsucesso do Conselho de Segurança da Maré, em que alguns presidentes estariam lá. Aproveitou-se essa explicação sobre as ausências para se externar a insatisfação pelo fato das reuniões do Conselho da Maré não ocorrerem dentro da Maré: “a Maré tem 140.000 moradores e Bonsucesso têm apenas 18.000 moradores, por que a reunião tinha que ser lá?”. Durante o momento dessa discussão, o presidente da Associação do Morro do Timbau, Osmar, que é o vice-presidente do Conselho de Segurança, ligou para justificar sua ausência e recebeu, do grupo, a incumbência de conseguir marcar a próxima reunião do Conselho de Segurança dentro da Maré. Além disso, falou-se que as reuniões são controladas pela Lansa e presididas por um comerciante da Praça das Nações e que nelas não se discutia segurança pública.

A pauta girou em torno do lançamento do Guia de Ruas da Maré. Recentemente lançado, constitui-se **o primeiro guia de ruas de uma favela**. No momento, estão sendo distribuídos 3000 exemplares. Essa será a primeira distribuição, pois foi sugerido aos representantes das Associações de Moradores analisar o Guia e fazer acréscimos e correções devidas. Em sua elaboração, foram identificadas ruas sem nome e sugeriu-se que as Associações mobilizem os moradores no processo de escolha e que os nomes escolhidos tenham identidade com a Maré.

A recepção ao *guia de ruas* foi marcada por elogios e reconhecimento ao trabalho de elaboração da REDES. Os cumprimentos vieram, inclusive, dos representantes do poder público presentes na reunião. Eliana Sousa Silva, uma das diretoras da REDES, que coordenou a reunião, anunciou que a metodologia do Censo Maré 2012, cujo *Guia de Ruas da Maré* é um dos resultados, irá ajudar o Instituto Pereira Passos (IPP) - que é o órgão responsável pelo planejamento da cidade do Rio de Janeiro - a produzir o mesmo material nos territórios que receberam as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Ela argumentou que a Maré mostrou que é possível fazer mapas das favelas, que não é verdade que o tráfico irá

---

facção criminosa distinta da sua localidade de origem. Nesse caso, como o encontro não é no interior de Nova Holanda é como se fosse fora da Maré, na Av. Brasil.

necessariamente impedir o projeto e que os problemas que surgiram a esse respeito foram contornados. A coordenadora da reunião ressaltou, ainda, que o sentido político e a importância do Guia de Ruas da Maré devem ser incorporados não só pela REDES, mas por todas as Associações de Moradores da Maré. Destacou Eliana Sousa Silva: “segundo o IBGE, somos 140 mil moradores, somos o maior bairro da Leopoldina, precisamos mudar as prioridades políticas a favor da Maré.”

No grupo observado, ficou evidente, pelas intenções manifestadas, que havia um sentimento favorável à união, ao diálogo entre a organização Redes e as Associações de Moradores e à construção de objetivos e de uma agenda comum de reivindicações do bairro Maré, como um todo, junto ao poder público. O desejo de mudar as relações políticas marcadas pelo clientelismo foi manifestado. No combate a esta visão foram defendidos princípios republicanos de defesa do atendimento do interesse geral, da garantia dos direitos dos cidadãos. Houve um debate de ideias, alguns integrantes destacaram a recente reeleição do atual Prefeito, elogiando sua aprovação pública e que a vitória dele seria importante para o movimento. Questionamos essa visão argumentando que a vitória não foi apenas do Eduardo Paes, mas de todas as Empresas que financiaram a sua campanha, pois o prefeito reeleito tem compromisso com quem investiu em sua reeleição. Afirmamos que entre os motivos da existência do grupo ali presente está a permanência de problemas estruturais, de longa data, que o poder público municipal não se propôs até o momento resolvê-los.

O Guia de Ruas facilitará, dentre outras coisas, o trabalho desenvolvido pelo poder público, pois este poderá elaborar políticas públicas com maior precisão e eficiência, seja no trabalho de limpeza urbana da Comlurb ou no trabalho em campo dos agentes de Saúde. A Maré se tornará mais conhecida por quem mora e trabalha na Maré e também pelos outros habitantes da cidade. Além disso, o *guia de ruas* servirá também para a construção de um projeto maior a ser encaminhado pelo “A Maré que Queremos” junto à Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro. Tal projeto visa reivindicar o reconhecimento de todas as 700 ruas do bairro, obrigando assim, o poder público a assumir a responsabilidade em identificar, colocar placas, iluminar e realizar as manutenções necessárias. A proposta do movimento é não permitir que a autoria da ideia não seja apropriada individualmente por nenhum Vereador, como enfatizaram durante o encontro: “não queremos que

seja a lei de um vereador, mas de todos os vereadores, um projeto coletivo com o apoio de toda a Câmara de Vereadores”.

Diante da proposta de reconhecimento das ruas, que colaborará para que o bairro obtenha maior oficialização e melhor atendimento do poder público, o presidente da Associação de Moradores do Parque União, Carlos Roberto, perguntou se seria possível acrescentar ao processo de reconhecimento das ruas a regularização das habitações da Maré. Eliana Sousa prontamente respondeu que a regularização fundiária poderá ser uma luta futura, mas uma ação separada do processo de oficialização das ruas, pois é uma reivindicação de outra natureza. Acrescentou ainda a importância da posse, ou seja, do direito de fato dos moradores estarem ali residindo. De alguma forma, o longo tempo de posse impediria a retirada dos moradores, sendo assim, o medo das remoções na Maré é inexistente, na atual conjuntura.

O presidente da Associação de Moradores do Parque Maré, Carlinhos, sugeriu que fossem expostos mapas de localização. A ideia foi bem recebida e Eliana anunciou a proposta de colocar portais nos acessos da Maré, com os dizeres “bem-vindos à Maré”, como os que existem quando chegamos em um município, além de anunciar também um projeto piloto que beneficiará duas ruas em Nova Holanda, no qual crianças decorarão azulejos com a história das ruas a serem expostas na localidade.

O direito à Segurança Pública foi um tema que veio à tona na discussão e foi amplamente defendido por Eliana Sousa. A mesma vem se especializando no assunto e integra fóruns que discutem a temática. Eliana Sousa convidou os presidentes das Associações a uma ação específica, com a presença da Anistia Internacional, que ocorrerá em toda a Maré, no próximo mês de novembro (06.11.2012), no qual serão entregues aos moradores 50 mil guias de abordagem policial. A intenção é dialogar com a população, conscientizando-a de como ela deve agir diante da instituição policial. Serão, ainda, afixados nas casas adesivos com frase visando mostrar aos policiais que eles não devem violar a propriedade. Na opinião da diretora da REDES, “falta reconhecer o direito à Segurança Pública aos moradores”.

Após o fim da reunião, uma agente de saúde retomou pontos cruciais e pudemos voltar a discutir a importância do Guia de Ruas para as políticas públicas.

O Guia de Ruas permitirá que o Estado identifique onde moram os habitantes e desenhe políticas públicas mais acertadas. Ressaltamos a importância da afirmação do bairro Maré e como isto poderá levar à valorização e reconhecimento do morador do seu próprio lugar, evitando o que comumente acontece, isto é, os moradores não se identificarem como moradores da favela. Segundo Licia, agente de saúde, “a política pública não chega, algumas vezes, pela vergonha que o morador tem de declarar” onde fica sua moradia.

Em nossa segunda observação, no dia 31/10/12, o número de participantes foi menor, sobretudo a presença dos agentes públicos. Talvez a baixa frequência se devesse ao fato de ser este o segundo encontro num único mês, mas, em virtude do período das eleições municipais eles teriam que ser realizados nesses moldes. A pauta do encontro girou em torno da apresentação da campanha: “Somos da Maré e Temos Direitos”. Contudo, antes do início da pauta, a coordenadora da reunião passava instruções sobre o Guia de Ruas a alguns presidentes de Associações que não estiveram presentes no encontro anterior e aproveitava para tirar dúvidas necessárias para a correção de informações a respeito de algumas vias.

Foi dado início à apresentação da ação de segurança pública prevista para acontecer no dia 06/11/13, em Nova Holanda. A cartilha sobre como agir diante de uma abordagem policial foi apresentada, bem como o adesivo a ser afixado na porta das residências, contendo o seguinte teor: “Conhecemos nossos direitos – Não entre nessa casa sem respeitar a legalidade da ação”. A coordenadora da reunião esclareceu que os adesivos serão afixados nas portas das residências, que as cartilhas serão distribuídas e os moradores receberão orientação sobre o material e o sentido da campanha; haverá cobertura da imprensa, camisetas, um balão de divulgação como os utilizados nas operações da lei seca e que ela fará uma reunião com o secretário de segurança pública para evitar que se repita o ocorrido de tantas outras vezes.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup>Em 28 de junho 2009, durante a Conferência Livre de Segurança Pública da Maré e em 14 de novembro 2012, durante a Conferência de Direitos Humanos da Maré, que teve como objetivo definir o Plano de Direitos Humanos para a Maré, houve confronto entre a polícia e traficantes. No segundo evento, a ação policial desastrosa culminou na morte arbitrária de jovens, o encontro foi remarcado para o dia 28/11/12.

### Imagem 9 – Adesivo da Campanha



Crédito: Bruno Paixão Leite

A exposição da cartilha não trouxe discussão, mas o adesivo causou uma grande polêmica entre os presidentes das Associações de Moradores. A polêmica era se o adesivo poderia trazer benefícios ou problemas. O representante do Parque União falou do receio de como o adesivo seria interpretado. Será que o conteúdo do adesivo será entendido como contrário ao tráfico? Ele teme que a campanha seja mal interpretada como uma tentativa para proteger alguém que não esteja cumprindo a lei. Neste raciocínio há ditado popular bem difundido que pode distorcer não só a campanha, quanto violar o direito à privacidade dos moradores, que é o famoso: "que não deve, não teme". Se eles não estão escondendo nada porque eles querem impedir a entrada da polícia em suas residências? Todavia, o presidente da

Associação do Parque União reconheceu que a campanha é fundamental para os moradores tomarem conhecimento dos seus direitos.

Os que apoiavam que o adesivo deveria ser colocado, pelo fato de trazer benefícios para a população, foram enfáticos e construíram suas argumentações baseando-se em fatos concretos. Os representantes das associações de Nova Holanda e Conjunto Esperança narraram casos sérios de abuso de poder por parte das forças de segurança pública. Segundo a representante de Nova Holanda, os policiais entram “chaviando”<sup>37</sup> “as pessoas podem estar de roupa íntima e a polícia não respeita, quando questionamos se eles têm mandato de segurança, eles apresentam o fuzil e dizem: este é o mandato”. Eliana ponderou que “as pessoas devem ser respeitadas na lei, mesmo que a polícia tenha o direito de entrar na residência, deve entrar de maneira respeitosa”.

O presidente da Associação de Moradores do Conjunto Esperança também concordou que era bom que se colocasse o adesivo. Ele explicou que o adesivo faria com que os policiais pensassem antes de entrar numa residência sem autorização. Este representante narrou algo que nos deixou perplexos. Segundo ele, certa vez, “com a chegada de um *caveirão*”<sup>38</sup> as pessoas correram, invadiram a casa da mãe dele e um policial colocou o pé no pescoço de um morador que tinha corrido, ele era cabo da marinha e teve a vida preservada somente porque a mãe dele pulou em cima do policial dizendo que o rapaz era da marinha”. Concluindo, o representante do Conjunto Esperança disse que as pessoas são aterrorizadas pelo *caveirão*, por isso elas correm; de acordo com ele, os policiais devem aprender a abordar corretamente, não causar medo e temor.

Eliana pediu a palavra. Perguntou se tinham sugestões, mas não houve manifestação e ela convidou todos a participarem da campanha. Enfatizou que a presença dos presidentes das Associações de Moradores é importante para dar respaldo aos moradores e que nenhuma favela fez isso antes da chegada da UPP; enfatizou, ainda, que haverá cobertura da imprensa, a presença do diretor da Anistia

---

<sup>37</sup> Os policiais utilizam uma chave mestra que abre qualquer tipo de fechadura, entrando nas residências com ou sem a presença dos residentes.

<sup>38</sup> Nome popular utilizado para se referir ao veículo blindado utilizado pela Polícia Militar do Estado do RJ.

Internacional no Brasil e que será uma resposta da sociedade civil em relação à segurança pública. Que a campanha dará uma condição diferenciada à Maré

Indagamos se haveria uma preparação para abordagem dos moradores e distribuição da cartilha. Foi respondido que haverá uma reunião para todos falarem a mesma coisa. O sentido é que a campanha contribua para diminuir a violação dos direitos, que já é grande, explica Eliana. A ideia anunciada foi de que a campanha será permanente. O representante do Parque União entrevistou aprovando a ideia, pois em sua avaliação os moradores já se acostumaram com a abordagem truculenta das forças de Segurança Pública. Para ele, é fundamental que haja ações contínuas para conscientizar a população quanto ao seu direito à segurança.

Antes de finalizar a reunião, dois assuntos foram tratados de maneira breve. O primeiro deles foi a necessidade de se retomar a agenda de reivindicações junto ao Prefeito. E o outro foi combinar com a Comlurb a elaboração de material explicativo para a população a respeito do destino da coleta do lixo. A intenção é desenvolver uma ação com os moradores em cada domicílio com o apoio dos agentes de saúde para esclarecer sobre as questões que envolvem o lixo.

A representante do Conselho Regional de Assistência Social (CRAS) foi apresentada ao grupo. Ela explicou as funções das políticas de assistência social e falou também a respeito dos programas de transferência de renda. Esse assunto interessou bastante os presentes e ocorreu, após a exposição, uma boa interação entre os representantes das Associações de Moradores. Foram expostos por eles casos de crianças com necessidades especiais que vêm sendo assistidas por idosos em situação vulnerável.

#### **4.1 Conhecemos nossos direitos!**

Chegamos a esta campanha através da participação nas reuniões do coletivo *a Maré que Queremos* e pelo fato da Redes da Maré ter sido uma das realizadoras do evento. Durante a primeira reunião, por conta da boa receptividade do *Guia de Ruas* havíamos imaginado que a boa recepção a este produto levaria a uma maior repercussão dele, mas, parece-nos que na segunda reunião, antes mesmo do seu acontecimento a campanha *Somos da Maré, Temos Direitos*, roubou a cena passando a ser o centro das atenções, diminuindo a repercussão do *Guia de Ruas*.

Cabe destacar que a campanha em tela não foi uma promoção do coletivo Maré que Queremos, embora todas as Associações de Moradores tivessem sido convidadas, a campanha não obteve apoio de todos os representantes durante as ações suas localidades, mas alguns representantes apareceram.

A campanha “*Somos da Maré, temos direitos*”, foi coordenada pela Redes da Maré em parceria com a Anistia Internacional e o Observatório de Favelas. Sua primeira ação aconteceu em Nova Holanda, no dia 06 de novembro de 2011. O objetivo é que a campanha seja desenvolvida em todas as outras 15 localidades da Maré e não tenha data para acabar, ou seja, a intenção é que a campanha seja permanente. Além da ação inaugural e inédita na cidade - até onde sabemos nenhuma outra localidade que tenha recebido UPP ou não, não promoveu uma ação como esta - participamos também da ação desenvolvida na localidade do Salsa e Merengue, no dia 24 de novembro de 2012. Na campanha realizada em Nova Holanda, buscamos estar atento a maneira como a campanha estava sendo desenvolvida, como se organizavam os manifestantes, além de colher algumas impressões de como as pessoas percebiam aquele processo. Em Salsa e Merengue procurei observar a reação dos moradores em relação à campanha. Esta ação teve um porte menor, além de mim participaram mais três pessoas. Contudo, ação teve uma abordagem mais homogênea que a anterior em teve a presença de mais de cem pessoas.

O lançamento da campanha foi esplêndido. Durante a manhã de uma terça-feira ensolarada, mais de 100 pessoas caminhavam por todas as ruas de Nova Holanda abordando os moradores em suas residências para falar de um tema considerado delicado. Talvez por isso, ele seja sempre evitado, todavia é um tema urgente, que é incomum aparecer enquanto reivindicação: o direito à segurança. Antes do início da caminhada - que poderia ser percebida com surpresa e de diferentes maneiras aos desavisado, por exemplo, com um cortejo, uma procissão religiosa, uma campanha política ou qualquer outro acontecimento - houve um trabalho de divulgação. Havia uma bicicleta com uma caixa de som anunciando a campanha e convidando os moradores a participarem, que circulava por todas as ruas, desde o início da manhã. Na sede da Redes da Maré, permanentemente era anunciado no alto falante da instituição, a divulgação da campanha.

Aos poucos aumentavam a concentração de pessoas na sede da Redes. Participaram muitos moradores de Nova Holanda e de outras localidades da Maré, mas a sua esmagadora maioria eram *mareenses*<sup>39</sup> vinculados a Redes de alguma maneira, seja trabalhando, estudando, participando de algum dos variados projetos da instituição, ou porque se simpatizam com a instituição. Observamos durante o ato, residentes de outras partes da cidade, militantes de dos direitos humanos participando, apoiando, fotografando, ou fazendo uma cobertura jornalística. A equipe do Canal Futura e da TV Brasil acompanharam o evento e estiveram presentes vários diretores da Redes da Maré, o diretor do Observatório de Favelas, Jaílson Souza e Silva e o diretor da Anistia Internacional no Brasil, Átila Roque.

Além da bicicleta e do alto falante que anunciavam a campanha, havia também uma fanfarra, uma orquestra que contagiava a todos. Todos animados aguardavam o início da abordagem com os moradores. Os que passavam em frente do prédio da Redes, na rua Sargento Silva Nunes, reparavam um movimento diferente, atípico para uma manhã de terça-feira. Olhavam com curiosidade as muitas pessoas aglutinadas na rua, um conjunto de sons invadindo o ambiente, ora sons instrumentais de uma afinada orquestra, ora alto falante e bicicleta de som convidando os moradores, o eloquente burburinho da multidão, estímulo visual com cartazes, banners com cores, imagens e palavras atraentes. Alguns moradores saindo para o trabalho ou para algum afazer cotidiano, aproveitavam um pouco do tempo de sua passagem para se aproximar e ler os banners explicativos da ação que estava acontecendo.

---

<sup>39</sup> Gentílico informal adotado por alguns moradores na afirmação de sua pertença ao lugar.

Imagem 10 – Banner



Crédito: Bruno Paixão Leite

O momento de chegada e distribuição das camisas da campanha nos chamou a atenção. Foi possível perceber uma mística no ar, a materialização da campanha. Era clara a satisfação entre os presentes. Todos ensejando vestir a camisa que representava notoriamente o sentimento de pertença aquele grupo, vestir não só fisicamente, mas também simbolicamente, assumindo assim todos os presentes a o significado da campanha. Ocorria naquele momento, o reconhecimento que aquele era mais um dia histórico de mobilização característico de Nova Holanda, um território marcado por diversas lutas e conquistas ao longo de sua história.

**FIGURA 11 - PREPARATIVOS PARA O INÍCIO DA CAMPANHA**

Crédito: Bruno Paixão Leite

Aguardávamos com certa apreensão, o momento de preparação de todas aquelas pessoas que passariam de casa em casa para abordar os moradores. Estávamos curiosos como seria este processo. Como seria regida aquela centena de pessoas, componentes da campanha. Quem regeria? Em que lugar isto aconteceria? Há um espaço capaz de falar com todos ao mesmo tempo? Todos tinham clareza do sentido da campanha? Como a campanha deveria ser apresentada aos moradores? Que cuidados deveriam ser tomados?

O ritual de abertura da campanha é conduzido com o uso de um alto falante, pela diretora da Redes, Eliana Sousa e Silva. Ela discursa explicando a campanha “Somos da Maré e Temos Direitos” e em seguida discursaram o diretor do Observatório de Favelas e o presidente da Anistia Internacional. Em comum, as falas exploraram o sentido da campanha e a sua importância histórica daquele acontecimento não só para Maré, mas para a cidade do Rio de Janeiro, assim como para sociedade brasileira, em geral. Em suas falas buscaram, também, passar

algumas orientações gerais, no que se refere à abordagem que os integrantes da campanha deveriam conduzir diante dos moradores, entre elas: abordar os moradores em suas casas explicando o sentido da campanha; não entregar somente a cartilha, mas explicar sobre ela; pedir permissão para afixar o adesivo nas portas dos moradores; não entregar o material para as pessoas que estão passando pela rua, somente em suas casas.

### **Imagem 12 – Somos da Maré Temos Direitos**



Crédito: Elisângela Leite

A tônica do discurso, durante o ato que precedeu a caminhada, foi de que o morador tem um papel na segurança pública. O comum é entrada ilegal de policiais nas residências. “A ideia é que agente converse com os moradores e agente fale sobre o papel que o morador tem nesse processo”. A justificativa da campanha foi defendida pelos organizadores: “nós temos direito à segurança pública, nos temos direito a ir e vir e cabe ao Estado garantir isso.” A política de combate às drogas foi contestada por Jaílson Souza e Silva, e o mesmo apontou o sentido da campanha:

Nos queremos que a segurança pública na favela seja garantida da mesma forma que é garantida que em outros bairros da cidade; que o direito de ir e vir dos moradores sejam garantidos da mesma forma que nossas casas sejam respeitadas e sejam efetivamente consideradas como patrimônio nosso e como espaço de fato privado e que a polícia não tem direito de invadir do jeito que quiser. [...] nosso posicionamento não é contra a polícia; não é contra os traficantes; é simplesmente exigir que o Estado cumpra a sua obrigação e garanta a segurança com respeito efetivamente aos

direitos aos moradores. [...] nos não temos razão de temer coisa alguma, em condição alguma, simplesmente temos o direito de reivindicar e exigir democracia, respeito absoluto aos nossos direitos, e principalmente o direito à vida dos moradores das favelas do Rio de Janeiro e de outros espaços também. (SILVA 2012)

Átila Roque defendeu que é inconcebível pensar na existência de um Estado de exceção. Segundo o diretor da Anistia Internacional no Brasil:

Agente não admite, agente não aceita que o direito possa ser pensado de forma incompleta para ninguém, neste sentido qualquer momento que a polícia entra, no momento que a polícia entra como servidor público, como representante do Estado, entra num território para afirmar um direito ela também tem que exercer isso de uma forma respeitosa e dentro dos termos que a Constituição e que a legislação brasileira sugerem. Nós não estamos em guerra, nos não estamos num território em que admite que qualquer coisa vale para que o nosso código de segurança seja implantado a segurança para todos e todas as pessoas.” (ROQUE 2012)

Todo e qualquer discurso tem o objetivo de convencer. Percebemos que os elementos utilizados para unir a pessoas foram à defesa da noção de segurança pública em quanto um direito de todos, neste sentido quem promove a segurança pública deve promover *segurança* em suas ações. Embora essa noção seja óbvia, o predomínio de ações violentas por parte da força repressiva do Estado, têm levado os residentes das favelas a se adaptarem e conviverem com a insegurança, a se habituarem a ações truculentas por parte da polícia e dessa maneira não pensar ser possível outra forma de atuação desta instituição. Outra estratégia utilizada na enunciação do discurso foi apontar que o alvo a ser enfrentado não é a polícia e nem os traficantes, mas sim o Estado. Pois, sendo esse o responsável por garantir a segurança. A noção de que os moradores têm o direito de reivindicar segurança e que não deve temer esse tipo de reivindicação é fundamental para se desconstruir que é proibido aos moradores tratar deste tema ou participar de uma campanha como esta.

A campanha ocorrida no dia 6 de novembro de 2012, teve uma significativa repercussão na imprensa. Houve uma reportagem durante a manhã, do mesmo dia, no programa Bom dia Rio, da emissora TV Globo. Durante a campanha, as emissoras de televisão TV Brasil e o Canal Futura fizeram a cobertura do evento e em diversos sites da internet publicaram matérias sobre a campanha Somos da

Maré e Temos Direitos. Observamos pelo menos 10 sites da internet que noticiaram a campanha. Quase sempre nos títulos e nas matérias foram abordados de maneira positiva a campanha.

Durante o ato, estávamos interessados em observar como a campanha estava sendo percebida. Isso nos levou a indagar a equipe do Canal Futura o que pensavam a partir da matéria que estavam cobrindo.

#### 4.1.1 Campanha em Salsa e Merengue

Durante a manhã do sábado, do dia 24 de novembro de 2012, estava assistindo aula no curso de francês, na REDES, quando de repente por volta das 10 horas a Eliana Sousa informa que estava precisando de pessoas para realizar a campanha em Salsa e Merengue. Não tive pensei dúvidas, pedi licença ao professor e acompanhei a equipe para realizar a campanha no Salsa e Merengue. Embora não planejado, foi uma oportunidade importante para poder observar de perto a recepção dos moradores à campanha.

Diferentemente de Nova Holanda em que o ato envolveu mais de 100 pessoas, no Salsa e Merengue éramos apenas 4 pessoas. Nessa abordagem também contamos com a bicicleta de som que nos acompanhou durante todo o percurso. A diferença na quantidade de pessoas durante os atos apresentou vantagens e desvantagens. A maior presença de pessoas em Nova Holanda, com certeza, colaborou com a maior visibilidade da campanha e a mesma foi concluída rápida. Em Salsa e Merengue, embora tenha sido mais demorada a ação contou com maior controle em relação a padronização da abordagem, e talvez, tenha sido realizada de maneira mais cuidadosa.

A recepção por parte dos moradores de Salsa e Merengue foi favorável à campanha. Os residentes mostraram-se atenciosos e agradecidos com o recebimento das orientações. Algumas vezes, fomos questionados se éramos da associação de moradores ou da Polícia. Percebemos que a adequação da linguagem ao contexto dos moradores era um facilitador. Por exemplo, ao invés de falar “ilegalidade da ação policial” era mais adequado dizer “quando os policiais chegam em nossa casa sem pedir licença. Alguns moradores tiveram receio de

afixar em sua porta o adesivo que dizia: “*Conhecemos nossos direitos! Não entre nesta casa sem respeitar a legalidade da ação*”. Algumas vezes, após explicarmos que o adesivo era para protegê-los alguns permitiam, enquanto que outros não. Durante três horas de ação ininterrupta, conseguimos distribuir mais de 150 cartilhas e adesivos em várias ruas daquela localidade.

### Imagem 13 – Integrantes da Campanha



Crédito: Bruno Paixão Leite

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos até aqui com a certeza que este estudo continuará sendo desenvolvido. Foram valiosas e variadas as reflexões obtidas ao longo do processo de leitura, observação em campo e produção deste texto. Não pretendemos fazer uma síntese de todas elas, mas abordar algumas e continuar alimentando algumas reflexões.

Este trabalho nos ensinou a importância das lutas coletivas e o papel, fundamental, da memória na formação da identidade. Constatamos que Wehling e

Wehling (1997) têm razão quanto ao papel desempenhado pela própria memória. A partir da história de mobilização de Nova Holanda, percebemos que o papel imprescindível da mesma para inserir o indivíduo no espaço e no tempo, e consequentemente nas ações e movimento coletivos. Wehling e Wehling (1997 apud CARVALHO 2006, p. 23).

Cabe aqui levantar uma questão que sempre estará presente em qualquer movimento coletivo. Como os movimentos podem continuar existindo após suas conquistas, em outras palavras, como é possível conseguir ir além das lutas imediatas? Isso serve para indagarmos por que a organizada, engajada e contagiante Chapa Rosa não conseguiu continuar existindo mesmo tendo realizado inúmeras conquistas em Nova Holanda? Esta mesma questão servirá para o coletivo “A Maré que Queremos”. Este coletivo desenvolve um importante papel político e pedagógico na Maré que futuramente influenciará em algum grau a cidade; intuímos, assim, que os conflitos serão um desafio e que a arena irá esquentar, pois não é simples garantir uma atuação republicana e democrática numa sociedade tradicionalmente marcada pela troca de favores políticos.

Quanto à pesquisa de campo, ela trouxe pistas e impressões importantes para o desenvolvimento deste trabalho. Com certeza, será uma metodologia utilizada para ampliação e aprofundamento deste trabalho futuramente. Observando o coletivo a Maré que queremos foi possível percebermos o diferente grau de engajamento dos integrantes. Há os frequentes e pontuais, os que chegam atrasados e saem um pouco mais cedo e os que não aparecem, ou somente aparecem quando há a presença de um representante público. O coletivo é percebido e, portanto, vivenciado de maneira diferenciada pelos seus integrantes. Foi possível notar uma postura mais sensível à participação dos agentes públicos se comparado à maioria dos representantes das Associações de Moradores, visto que alguns desses têm uma postura atuante.

Consideramos um desafio manter a unidade na diferença, manter a unidade e coesão do grupo. Por esta razão é uma vitória a continuação de sua existência há 3 anos. Entretanto, a manutenção do grupo exige muita habilidade. Ele integra presidentes de associações de moradores que por serem representantes dos moradores possuem uma agenda intensa de reuniões e encontros. A presença deles não é comprometida apenas pelo tempo escasso, mas pelo interesse, visão de

mundo, por sua cultura política. O que pode contribuir para que estejam juntos mensalmente, presos a um compromisso, envolvidos em ações comuns que podem atender ou não suas localidades? Pelo pouco que foi possível observarmos, ainda que a participação nas reuniões e engajamento nas ações empreendidas não tenha tido adesão de todos, e entre os que aderiram o grau de envolvimento foi variado. Parece-nos que a reivindicação junto ao poder público por ações estruturantes para o conjunto do bairro da Maré, visando colaborar com a melhoria das condições de vida dos habitantes da Maré tem sido um discurso que tem colaborado com a união do grupo.

O papel de liderança exercido pela Eliana Sousa e Silva tem sido imprescindível nesse processo. Ela foi para nós uma interlocutora e uma autora importante neste trabalho. Mais do que isso, por sua importante atuação, de longa data, na mobilização coletiva de Nova Holanda, em particular, e na Maré em geral ela constitui uma pessoa basilar para a mobilização desta localidade, uma atriz social e para o nosso trabalho consideramos uma personagem central que merece ser investigada para a melhor compreensão da mobilização social do bairro.

Nossa pretensão neste trabalho foi de apenas apresentar duas experiências de mobilização social em Nova Holanda. A primeira experiência, o protagonismo da AMANH no início dos anos foi apresentada a partir da revisão bibliográfica de três dissertações que abordaram o tema OLIVEIRA (1993), SILVA (1995) e CARVALHO (2006). A segunda experiência, em que o protagonismo passou a ser de uma ONG articulando as Associações de Moradores na construção de um projeto estruturante para o bairro, foi apresentada a partir das descrições colhidas em nossa pesquisa de campo.

A partir do contato com o nosso objeto muitas indagações foram realizadas, mas que não foram abordadas aqui. Pretendemos assim que possível continuar nos interrogando sobre as questões elaboradas a partir desta experiência. Algumas questões somente serão respondidas com a utilização sistemática de uma metodologia qualitativa. Não foi possível, por exemplo, neste trabalho realizar entrevistas e nem consultar o acervo de vídeos das reuniões do coletivo local a *Maré Que Queremos*. Todavia, consideramos que o empreendemos aqui foi suficiente para dar um pequeno panorama das mobilizações sociais em Nova Holanda.

O quanto os presidentes de associações de moradores sentem-se parte do coletivo local a Maré que Queremos? O quanto visível esse projeto é no bairro? Como é percebido pelos moradores? Quais foram às ações empreendidas? Qual foi o alcance delas? Essas foram algumas reflexões levantadas a partir de nossa observação em campo. Ficamos curiosos também em buscar identificar o alcance atingido pela campanha Somos da Maré, Temos Direitos e ainda como os moradores perceberam este processo. Sem querer esgotar essa discussão, cabe ressaltar que o coletivo local enquanto objeto pode ser analisado de diferentes maneiras. Entre elas, como uma arena pública, uma mobilização social ou um planejamento urbano a partir dos próprios moradores, entre outras formas.

Por fim, a escolha do assunto abordado neste trabalho visou colaborar, ainda, com a construção de uma visão sobre as favelas oposta aos estereótipos que comumente são veiculados. Nesse sentido, compreendemos as favelas a partir da história de luta de seus moradores e reconhecemos a riqueza de alternativas encontradas pelos moradores da favela de Nova Holanda frente às dificuldades presentes em seu cotidiano.

Quem visita, hoje, Nova Holanda e o conjunto das localidades da Maré a percebe como o “*lugar do labor*”, “*um mundo do trabalho*”<sup>40</sup>. Essa visão se opõe àquela pejorativa e equivocada, embora muito difundida, de que a população da Favela é indolente é preguiçosa<sup>41</sup>. Além de um lugar do trabalho, com um comércio que se destaca pela ampla variedade e seu deslocamento fácil ao Centro da cidade, Nova Holanda e o conjunto do bairro Maré destacam-se por um amplo e variado

---

<sup>40</sup> Impressões relatadas, pelo sociólogo francês, Alain Bourdin, co-diretor do Instituto Francês de Urbanismo (IFU), e pelos Antropólogos do LeMetro, Soraya Silveira Simões e Felipe Berocan Veiga, após a realização de trabalho de campo na Maré que ofereci a eles em 20 de setembro de 2012.

<sup>41</sup> Essas e outras representações sobre a favela e seus habitantes, foram devidamente analisadas, desde sua origem, por Licia do Prado Valladares em sua bela obra intitulada “A Invenção da Favela”. De início o título esclarece que a Favela é uma construção. Ao ler o livro o leitor terá a oportunidade de perceberá que as representações sobre as favelas, do começo do século XX aos dias de hoje, carregam uma conotação negativa não quanto a esse espaço, quanto também aos seus habitantes. Essas noções são criadas para representar interesses de determinados grupos social representado visões de mundo parciais insustentáveis a um sério questionamento científico.

conjunto, que nós não saberíamos como denominar, de infraestruturas, equipamentos e serviços sociais, educacionais, artísticos, culturais e esportivos oferecidos por instituições públicas, da sociedade civil, grupos e associações locais, essas últimas caracterizadas por uma inegável riqueza de propostas e criatividade.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Monique Batista. **Uma Maré de Lutas**: memória e mobilização popular na favela Nova Holanda – Rio de Janeiro. 2006. 157f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO, Rio de Janeiro, 2006.

CEFAI, Daniel. **Como nos mobilizamos?** A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. 2009

\_\_\_\_\_. **Pourquoi se mobilise-t-on?** Les théories de l'action collective, Paris, La Découverte, 2007.

\_\_\_\_\_; MELLO, Marco Antonio da Silva; et alli. **Arenas Públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Editora da UFF, Niterói, 2011.

DEWEY, John. **The public & its problems**. Ohio: Ohio University Press, 1988: 27. 236p.

MELLO, Marco Antonio da Silva; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno et alli. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo: Projeto, 1985. 156p.

\_\_\_\_\_. **Lições da rua**: o que um racionalista pode aprender no Catumbi. Rio de Janeiro: in Revista Arquitetura, FAU/UFRJ, n.1, set.1983. 67-79.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006. 222p.

Maré de Notícias. **A Maré que Queremos**. Rio de Janeiro, nº30, junho de 2012.

OLIVEIRA, Isis Volpi de. **“Quem sabe faz a hora...”**: a gestão popular na produção da habitação. 1993. 198f. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

PÈTONNET, Collete. **Itinerário de uma antropóloga em meio operário**. In: Mello, Marco Antonio da Silva.(Org. et al.) Favelas cariocas: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. Posfácio, 475-490.

ROQUE, Átila. **Campanha Somos da Maré, Temos Direitos**, realizada no dia 06 de novembro de 2012, em Nova Holanda, Maré, Rio de Janeiro na sede da Redes.

SAGMACS. **“Aspectos humanos da favela carioca”**. O Estado de São Paulo (suplementos especiais), 13 e 15 de Abril 1960.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. **Maré: a invenção de um bairro**. 2006. 238f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Eliana Sousa. **O movimento comunitário de Nova Holanda: na busca do encontro entre o político e o pedagógico**. 1995. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. **Testemunhos da Maré**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012. 296p.

SILVA, Jaílson de Souza. **Por que uns e não outros?: caminhada de jovens pobres para a universidade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. 182 p.

\_\_\_\_\_. **Campanha Somos da Maré, Temos Direitos**, realizada no dia 06 de novembro de 2012, em Nova Holanda, Maré, Rio de Janeiro na sede da Redes.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro**. 2008. 444f. Tese (Doutorado em Antropologia) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – ICHF, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2008.

TRINDADE, Claudia Peçanha da. **Entre o Conjunto Habitacional e a Favela: Nova Holanda, Rio de Janeiro**. In: XXIII Simpósio Nacional de História, ANPUH. Londrina, 2005: p. 17-32.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204 p.

WEHLING, A; WEHLING, M. J. **Memória e história**: fundamentos, convergências, conflitos. In: WEHLING, A. et.al. Memória Social e Documento: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Mestrado em Memória Social e Documento, 1997.